

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar**

**Período de Análise: dezembro de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Biodiesel BR  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural  
Agroanalysis  
Carta Capital  
Biodiesel Br

## Índice

## **BB já libera R\$ 18 bi nesta safra, alta de 8% - Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Mercado – 01/12/2010**

Os desembolsos do Banco do Brasil para a safra 2010/11 somavam R\$ 17,8 bilhões até ontem, 8% mais do que em igual período anterior, segundo Luis Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de Agronegócios do banco. A maior evolução ocorre na agricultura empresarial, cujo montante atinge R\$ 13,5 bilhões, 9,6% mais do que no período 2009/10. A agricultura familiar obteve 2,1% mais crédito, somando R\$ 4,3 bilhões. Guedes destaca a boa evolução da linha de crédito do Pronamp, um programa de apoio ao médio produtor. Apesar dos custos menores de produção nesta safra, o desembolso do Banco do Brasil somou R\$ 1,8 bilhão para esse segmento, com aumento de 16,3% em relação à safra passada. O vice-presidente do BB destaca, ainda, a busca de proteção contra clima e preços feita pelos produtores. Nos dez primeiros meses deste ano, 56% dos produtores que buscaram custeio no banco estão com proteção sobre eventuais problemas climáticos. Outros 24,4% têm proteção de preço. O crédito tomado pelos agricultores familiares tem cobertura superior a 90%. Já o destinado aos agricultores empresariais tem muito a crescer: está em 46% contra clima e 7% contra preços. O Pronaf Mais Alimentos liberou R\$ 719 milhões nesta safra, acumulando R\$ 4,2 bilhões nas últimas três. Guedes destaca a liberação de R\$ 232 milhões para tratores e de R\$ 341 milhões para o setor de bovinocultura (compra de máquinas, equipamentos e matrizes). Os desembolsos para investimentos empresariais feitos pelo BB nesta safra 2010/11 somam R\$ 1,5 bilhão, com liderança da região Sudeste, que tomou R\$ 506 milhões, 53% mais do que na safra anterior. Já o Estado líder é Minas Gerais, com R\$ 285 milhões, seguido de Goiás (R\$ 252 milhões) e Paraná (R\$ 222 milhões).

**Comissão aprova R\$ 25 bi em subsídios aos produtores - Mauro Zanatta - Valor Econômica – Agronegócios – 03/12/2010**

Política agrícola

De Brasília

A Comissão de Agricultura da Câmara aprovou na quinta-feira um polêmico projeto de lei que transfere R\$ 25 bilhões anuais em subsídios do Tesouro Nacional aos produtores rurais.

O texto do deputado Carlos Melles (DEM-MG), que ainda será submetido a outras duas comissões, prevê a concessão de um subsídio direto de R\$ 500 por hectare de área cultivada ou explorada com atividades agropecuárias. A ajuda pode ser atualizada a cada dois anos até o limite de R\$ 750. Pelo texto, o produtor continuará a receber outros subsídios — seguro rural, frete, escoamento da safra. Além disso, o governo poderá fixar subsídios adicionais a culturas “ricas em proteínas”. O dinheiro seria embolsado até 31 de março de cada ano, plena época de comercialização da safra de grãos.

“Não é um troco, mas está mais do que agora de subsidiar a agricultura.

A sociedade está madura para entender isso. E vai ser uma conta aberta, não tem nada de esqueleto”, diz o deputado Melles. Para ele, a geração de empregos e de renda no campo “mais do que justificam” os subsídios.

“Abrimos lá atrás para o Pronaf [apoio à agricultura familiar] e hoje temos R\$ 16 bilhões de orçamento”.

O relatório, assinado pelo deputado Luís Carlos Heinze (PPRS), estima que a medida beneficiará 50 milhões de hectares, área equivalente ao total hoje plantado com grãos, fibras e cereais no país. Quem receber o subsídio não poderá estar inafim com o Fisco ou bancos oficiais, além de ter que respeitar regras trabalhistas, ambientais, sanitárias, alimentares, de zoneamento agrícola e de bem-estar animal.

Os deputados defendem o benefício como forma de “mitigar” efeitos negativos climáticos, cambiais, de mercado e de crédito no país. E só se suspende se, e quando, os principais países produtores e exportadores de alimentos revogarem os subsídios diretos aos seus produtores.

“É uma forma de dizer às potências que também temos balança agulha.

Se ele tirar os subsídios lá, nós tiramos aqui”, diz Carlos Melles. Ele estima em US\$ 500 bilhões os subsídios agrícolas na Europa e EUA.

O projeto não especifica impactos negativos sobre os preços da terra ou a tendência de concentração desse ativo, além de evitar detalhes técnicos de rotação de culturas ou o modelo de pecuária. “Dada à magnitude da subvenção, equivalente ao custo de produção da lavoura ou de exploração pecuária, se dono de terra significar ser candidato a receber polpuda subvenção”, critica o deputado Beto Faro (PT-PA), que redigiu um relatório derrotado e substituído na Comissão de Agricultura e Pecuária Ruralista.

Além disso, os opositores da medida apontam a dívida rural, estimada em R\$ 100 bilhões, como o motivo de buscapelo subsídio. “O mercado de terras experimentará imediata reação, elevando sobremaneira o custo. Os agentes econômicos visualizarão, em sua posse, a possibilidade de ganhos imediatos e fáceis”, diz Faro. Para ele, a “falta de limites” do projeto transforma os 300 milhões de hectares em candidatos potenciais ao subsídio. “O projeto eleva demasiadamente as despesas públicas com o setor. Não assegura distribuição justa dos recursos públicos no âmbito das diversas categorias de produtores rurais. E, principalmente, poderá se transformar em fator de contrariedade da opinião pública com o setor agropecuário”.

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social, informa Marta Salomon, mostra que 5,3 milhões de famílias, ou 42% das atendidas pelo Bolsa-Família, ainda não saíram da extrema pobreza. NACIONAL / PÁG. A4

Mais de 40% dos beneficiários do Bolsa-Família continuam miseráveis – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Nacional – 06/12/2010

A presidente eleita, Dilma Rousseff, não terá dificuldade para encontrar a pobreza absoluta que ela prometeu erradicar até o fim do mandato, como um dos principais compromissos da campanha. Quase 5,3 milhões de famílias – a grande maioria dos brasileiros que permanecem na condição de miseráveis – já são beneficiárias do programa Bolsa-Família, de transferência de renda.

O valor pago mensalmente pelo Bolsa-Família, que varia de R\$ 68 a R\$ 200 para as famílias que vivem em pobreza mais aguda, não é suficiente para pouco mais de 40% dos atendidos pelo programa superarem a miséria.

A condição de pobreza extrema é definida pela renda de até R\$ 70 mensais por pessoa da família, segundo as regras do programa; miseráveis são pessoas que vivem com renda de até R\$ 2,30 por dia.

Um número de famílias que permanecem na extrema pobreza apesar de receberem o benefício do Bolsa-Família aparece em levantamento inédito do Ministério do Desenvolvimento Social, feito a pedido do Estado. Nos últimos anos, o ministério vinha se recusando a divulgar esse tipo de informação.

Entre as 12,7 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa-Família, 7,4 milhões (58%) encontram-se na faixa de renda entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais por pessoa da família. Dessas, 4,4 milhões (35% do total dos beneficiários) superaram a condição de extrema pobreza com o pagamento do benefício. Mas ainda restam 5,3 milhões (42%) de miseráveis no programa.

Gasto extra. Acabar com a extrema pobreza entre os beneficiários do Bolsa-Família significaria ter de mais do que dobrar o valor do benefício básico, de R\$ 68, pago apenas às famílias que têm renda per capita de até R\$ 70. “O episódio beneficiaria de ir para R\$ 138”, calcula Lúcia Modesto, secretária de Renda de Cidadania do ministério, responsável pelo programa.

A média dos pagamentos, hoje em R\$ 96 mensais, também teria de aumentar. O impacto nas contas públicas seria um gasto extra de R\$ 8 bilhões, segundo estimativa preliminar. “Está muito acima das nossas possibilidades”, disse a secretária.

A presidente eleita recorrerá a uma medida provisória, no início do mandato, para fixar reajustes nos pagamentos do Bolsa-Família. Um reajuste acima da inflação acumulada, de cerca de 9%, está em estudo, conforme antecipou o Estado. Mas a possibilidade de pagar um benefício que elimine imediatamente a extrema pobreza entre os beneficiários nem sequer é considerada.

Política de reajuste. Uma das ideias em estudo é estabelecer uma política de reajustes para o Bolsa-Família, como acontece com o salário mínimo. Atualmente, eventuais reajustes dependem da vontade do presidente da República.

O último reajuste do Bolsa-Família se deu em maio de 2009. Desde então o programa paga entre R\$ 22 e R\$ 200. O valor varia de acordo com o grau de pobreza e o número de crianças e jovens em idade escolar das famílias. Nada recebem aquelas que não são consideradas extremamente pobres nem têm filhos até 17 anos. O Orçamento de 2011, enviado ao Congresso sem previsão de reajuste, autoriza gastos de R\$ 13,4 bilhões como programa.

Receita óbvia. Embora não sejam suficientes para fazer com que 40% dos beneficiários superem a extrema pobreza, os pagamentos do Bolsa-Família são responsáveis por um crescimento médio de 49% da renda das famílias atendidas. Nas regiões Norte e Nordeste, o impacto é ainda maior, mas a renda média após o pagamento do benefício não alcança a linha que separa a extrema pobreza da pobreza.

Aumentar o valor do benefício do Bolsa-Família é uma receita óbvia para erradicar a extrema pobreza no País. Outra medida apontada como inevitável é garantir o acesso ao programa das cerca de 230 mil famílias pobres ainda não cadastradas, de acordo com estimativa do Desenvolvimento Social.

No documento lançado no segundo turno das eleições presidenciais, com os “compromissos programáticos”, a então candidata Dilma Rousseff prometeu erradicar a pobreza absoluta. Esse é o compromisso número 5, de uma lista de 13.

O texto petista não detalha a estratégia a ser adotada, mas destaca o crescimento econômico, a expansão do emprego e da renda e a valorização do salário mínimo, antes de falar do Bolsa Família.

**JORNAL - MST acampa de novo nasede do Incra** – Sítio eletrônico do INCRA –  
07/12/2010



Um novo acampamento do Movimento Sem-terra (MST) acaba de se formar na porta do Incra, no Centro Político Administrativo, em Cuiabá. No domingo, dezenas de famílias sem-terra que vivem em acampamentos e assentamentos sem infraestrutura nas regiões de Sinop, Tangará da Serra e Baixada Cuiabana se instalaram no local com a disposição de permanecer por quanto tempo for necessário até que suas reivindicações sejam atendidas. Até passar Natal e Ano Novo.

Maria Damasceno, 50 anos, do assentamento Maria Benvinda, de Rosário Oeste (130 Km de Cuiabá), disse que onde ela e outras dezenas de famílias estão vivendo não tem água tratada, estradas, escolas, unidades de saúde e outros serviços essenciais. Conforme a sem-terra, os únicos assentados que dispõem de água são aqueles que recebem terra perto do rio Cuiabá. Os demais precisam caminhar mais de três quilômetros empurrando carrinho de mão ou pedalar para apanhar água.

O prometido poço que seria perfurado para abastecer o assentamento não saiu do papel. Conforme Maria Damasceno, até as cestas básicas de alimentos que deveriam chegar mensalmente demoram muito, às vezes são entregues com meses de atraso.

Azenildo Martins dos Santos, "Neguinho", um dos líderes de acampamento no município de Nova Olímpia, é um dos trabalhadores que há quase uma década espera pela terra para instalar moradia e começar a produzir. Há quase 10 anos no movimento, Neguinho já passou pelo assentamento Antônio Conselheiro, pelo pré-assentamento do Oziel Pereira, mas continua sem-terra.

A morosidade é

tão grande na execução da Reforma Agrária que muitos trabalhadores morrerem sem realizar o sonho de se instalar no campo, como disse José da Silva. Cozinheiro "oficial" nesse movimento de protesto, Silva é um dos que há anos esperam pela Reforma Agrária.

Integrante da coordenação estadual do MST, José Vieira, "Zezão", disse que o que está cobrando agora não é nenhuma novidade para o Incra. As queixas incluem as fazendas Maroca e Maior, em Nova Olímpia, que há quatro anos foram compradas pelo órgão para fazer Reforma Agrária e não conseguiu concretizar o assentamento das famílias. Agora, por exemplo, o processo está emperrado na exigência de estudo de viabilidade ambiental porque há um entendimento de que as áreas estão dentro da Bacia Amazônica. Quando as terras foram adquiridas, disse, ninguém fez referência a essa questão.

À tarde, os sem-terra tentaram entregar a pauta de reivindicações e agendar reunião com a superintendência do Incra, mas acabaram não conseguindo. O superintendente, Willian Sampaio, não esteve no órgão. "Não teve ninguém para nos receber", reclamou o líder Zezão.

### **Safra 2010/2011 chega a 149 milhões de toneladas de grãos – Sítio Eletrônico do MAPA – 09/12/2010**

Brasília - A safra nacional de grãos do ciclo 2010/2011 deve chegar a 149,1 milhões de toneladas, com uma queda de 0,1%, ou cerca de 200 mil toneladas, sobre a safra passada. A área deve atingir 48 milhões de hectares, com 1,3% a mais que a cultivada no período anterior.

Estes números são do terceiro levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que destaca produtos como trigo, arroz e soja que ampliaram a produção. No geral, a previsão de aumento está condicionada à ocorrência de clima favorável. O levantamento será divulgado hoje, 9 de dezembro, às 10 horas, no auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O encerramento da safra de trigo nos estados do Sul confirma que a produção deve chegar a 5,78 milhões de toneladas, com um aumento de 15% sobre o exercício anterior. O arroz também deve crescer 7,8%, atingindo 12,57 milhões de toneladas, mesmo com uma retração na área de 1,2%. Já a soja alcança uma produção de 68,51 milhões de toneladas, em uma área de 24,08 milhões de hectares. O aumento sobre a área anterior é de 2,6%.

Por outro lado, para o milho 1ª safra a previsão é de queda de produção de 8%, podendo atingir 31,35 milhões de toneladas, contra as 34,08 milhões de toneladas da safra passada.

A pesquisa foi realizada por 51 técnicos, no período de 22 a 26 de novembro, que entrevistaram representantes de cooperativas e sindicatos rurais, de órgãos públicos e privados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, além de parte das regiões Norte e Nordeste. (*Raimundo Estevam/Conab*)

Confira o [3º levantamento](#) da safra 2010/2011 de grãos

### **Pacote de crédito de longo prazo sai hoje – Folha de São Paulo – Mercado – 15/12/2010**

O governo lança hoje à tarde, no Planalto, com a presença do presidente Lula, um conjunto de medidas para estimular a participação do setor privado no financiamento de longo prazo. Com investimentos previstos nos próximos quatro anos que superam R\$ 1,5 trilhão, o pacote é uma tentativa do governo de compartilhar entre o BNDES e bancos privados a responsabilidade do financiamento de projetos. As ações foram negociadas entre Fazenda, BNDES e entidades empresariais e do mercado de capitais. O pacote busca a modernização financeira, o desenvolvimento do mercado de capitais e a criação de instrumentos que aliviem a pressão sobre o BNDES no financiamento de longo prazo. Uma das principais dificuldades é mudar a cultura dos bancos privados, acostumados a trabalhar focados no curto prazo. Só 22,7% de seus empréstimos têm prazo superior a três anos. Para vencer a resistência, o governo pretende conceder incentivos tributários, como isenção do Imposto de Renda para quem comprar títulos de longo prazo. Segundo a Folha apurou, até o início da noite de ontem os técnicos tentavam resolver se a isenção valeria para todo tipo de papel de longo prazo ou só para os atrelados a investimentos, como projetos de infraestrutura. Nos últimos dois anos, o Tesouro teve de injetar R\$ 200 bilhões no BNDES para que ele atendesse a demanda das empresas por financiamentos. O banco deve receber hoje autorização do governo para emitir letras financeiras (título de dívida normalmente emitido por bancos privados). Na prática, isso pode reduzir a dependência do BNDES em relação ao Tesouro e estimular o mercado de letras financeiras. Um ponto em discussão é a prorrogação do PSI (Programa de Sustentação do Investimento), criado com juro menor para evitar a queda do investimento por conta da crise. Desde julho de 2009, desembolsou R\$ 76,3 bilhões. A previsão é que acabe em março. (JANAINA LAGE, SHEILA D'AMORIM E TONI SCIARRETTA)

BB blindacarteira de crédito rural – Valor Econômico – agronegócios – 15/12/2010

O Banco do Brasil ampliou a proteção de sua carteira de crédito rural ao “blindar” essas operações com mecanismos de mitigação contra riscos climáticos e oscilações de preços (“hedge”) em 518,3 mil contratos.

Mesmo sem uma medida oficial do governo, que ainda discute a substituição do tradicional subsídio à produção por mecanismos de proteção de mercado, o banco está próximo do “risco zero” na agricultura familiar e tem avançado para reduzir a exposição da carteira no segmento empresarial.

No geral, 25% das operações de crédito rural do BB estão cobertas por instrumentos de mitigação contra prejuízos financeiros e 55,5% contra perdas climáticas.

O avanço do BB na proteção dos empréstimos rurais é liderado pelos produtores familiares. Até novembro, 95,5% dos 391,5 mil contratos tiveram proteção de clima e 91,15%



adotaram um “hedge” de preço. Isso equivale a R\$ 2,8 bilhões em proteção. Apenas 13,8 mil contratos não usam esses mecanismos de mercado.

“O papel fundamental do banco é demonstrar o lado positivo, difundir e formar a consciência de proteção”, afirma o vice-presidente de Agronegócios do BB, Luís Carlos Guedes Pinto.

Na agricultura empresarial, o ritmo é mais lento. A carteira de 126,8 mil contratos tem 45% da safra protegida de catástrofes climáticas e 7% das oscilações de preço.

Na soma, esse expediente resguarda R\$ 4,65 bilhões. “Hoje, o produtor já tem custos e preços favoráveis para ampliar a safra”, diz.

A tendência de massificação do seguro de clima e renda tem levado o banco a melhorar a performance de sua carteira rural, estimada em R\$ 75,5 bilhões. No atual ano-safra 2010/2011, o empréstimo ao setor rural financiou uma área 7% maior no milho e 7,3% superior no soja quando comparado ao ciclo anterior.

“E não temos recebido queixas ou reclamações. Não há demanda reprimida”, afirma o executivo.

Todas as operações de custeio no Rio Grande do Sul, por exemplo, tiveram o amparo de mitigadores de risco. Nesses casos, o crédito só é liberado acompanhado da proteção.

Em safras anteriores, a partir da forte crise climática de 2006, o BB teve que assumir R\$ 4 bilhões em perdas geradas pela carteira rural. Mas as prorrogações de crédito caíram de R\$ 16 bilhões para R\$ 9 bilhões nesse período. “Passamos de 30% para 12% da carteira. As provisões são menores e houve queda na inadimplência.

Nossa carteira é mais saudável”, diz Guedes.

A boa aceitação dos instrumentos de mitigação pelo setor levou o BB a projetar uma alteração de médio prazo no modelo de crédito rural. O banco acredita que os subsídios da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) devem ser concentrados no segmento familiar. “O produtor sempre quer mais PGPM. Mas tem que restringir isso à agricultura familiar. A empresarial precisa ir ao mercado com um subsídio pontual do governo ao ‘hedge’.

Se o preço for melhor no futuro, ele devolve ao Tesouro”, defende Guedes. No México, onde o modelo foi adotado com sucesso, os produtores “devolvem” ao governo 40% dos subsídios ao “hedge” de preços, segundo o executivo. “Lá, eles gastam US\$ 900 milhões por safra com o milho”, afirma o vice-presidente.

O Banco do Brasil também projeta um bom cenário para a comercialização da nova safra, a partir de janeiro. “As margens são positivas para todos os segmentos de forma bastante significativa”, avalia Guedes. O clima favorável e a boa produtividade devem somados à redução de custos e à alta dos preços internacionais.

“A conjugação do câmbio atual com o preço de preços é positiva. Vamos para a quinta safra de margens boas”, projeta o executivo do BB.

Mas, mesmo em meio à euforia, há interrogações: “Há um ‘La Niña’ moderado, que traz algum risco ao Rio Grande do Sul e as regiões oeste de Santa Catarina e Paraná. Ainda tem os três meses de evolução, mas a safra é boa e deve ser similar a 2010”, avalia o vice-presidente do banco.

CNA projeta avanço acelerado do campo – Valor Econômico – Agronegócios – 15/12/2010

Conjuntura Conforme órgão, exportações do agronegócio devem alcançar US\$ 77,8 bilhões no próximo ano

O atual cenário de preços das commodities, consumo interno aquecido e custos de produção baixos devem manter o agronegócio brasileiro em expansão acima da média histórica em 2011. As previsões da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), divulgadas ontem, incluem um cenário de forte demanda externa, sobretudo na China, que continuará a ajudar o setor mesmo com o dólar barato.

Diante desse conjunto de fatores amplamente positivo, o faturamento dos 25 principais produtos agropecuários deve atingir R\$ 252 bilhões neste ano e o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio crescerá entre 7% e 7,8%, superando a marca de R\$ 800 bilhões, estima o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea-USP). Além disso, as exportações devem somar US\$ 76,7 bilhões, com um superávit de US\$ 63,4 bilhões neste ano, segundo a CNA.

E o bom desempenho do agronegócio em 2010 deve ser repetido em 2011. Aos fatores positivos, soma-se a existência de estoques mundiais de alimentos em baixa e a tendência de elevação no consumo das famílias. A CNA prevê faturamento bruto superior a R\$ 261 bilhões. E as exportações devem atingir o novo recorde histórico de US\$ 77,8 bilhões, com um saldo positivo de US\$ 66,5 bilhões. “Mas se a China crescer abaixo de 8% em 2011, pode haver problemas”, analisou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A volta da inflação e uma desaceleração econômica mundial também poderiam afetar as boas previsões da CNA para o setor.

Em 2010, a grande força do agronegócio esteve dentro das chamadas porteiras das fazendas.

Foi a agropecuária, cuja expansão deve chegar a 9,2%, que puxou o rendimento do setor. Esse crescimento, se confirmado, ficará muito acima da média histórica de 7,9% registrada pela agropecuária desde 2002. Em 2009, houve um retrocesso de 5,5% no PIB da agropecuária em razão da crise financeira internacional — antes, em 2008, o segmento havia expandido 7,9%.

Na análise da CNA, o agronegócio acelerou seu crescimento a partir de setembro, alcançando 4% no acumulado de 2010.

O bom desempenho é atribuído à aceleração dos preços em várias atividades agropecuárias. Ao mesmo tempo, houve um crescimento significativo no setor industrial.

Na ponta dos insumos, os volumes em alta e preços baixos marcaram o período. Para os fertilizantes, a alta produção e a aceleração dos preços têm reduzido a queda no faturamento da indústria. O cenário das indústrias de ração inclui expansão do faturamento com forte expansão da produção, o que amenizou o recuo dos preços.

Em setembro, o PIB do agronegócio cresceu 1,12%. Os negócios da agricultura avançaram 1,29% no mês, o melhor desempenho do ano que fica ainda melhor quando comparado ao recuo de igual período de 2009. Assim, o crescimento do segmento no acumulado de 2010 chega a 4,46%. O setor de insumos teve desempenho mais modesto no mês, mas positivo — 0,35%, o que reduziu para 1,40% a taxa negativa do ano. Na indústria, a expansão foi mais significativa, de 7%.

A distribuição cresceu 5,1% e o segmento básico avançou 1,74%.

No agronegócio da pecuária, o desempenho positivo chegou a 0,72% em setembro, ampliando para 3,24% o crescimento acumulado em 2010. A performance deve ao segmento básico, que expandiu-se 1,02% no mês e acumula 5,78% no ano. No segmento de insumos, a taxa mensal atingiu 0,63% e a anual, 3,55%. Mesmo mais modesto, o segmento da distribuição manteve crescimento — 0,61% no mês e 1,79% no ano.

Na contramão, o segmento industrial segue na contramão com retração de 0,69% no mês.

Kátia Abreu pede ampliação do modelo de política agrícola do país – Valor Econômico – Agronegócios – 15/12/2010

Em flagrante tom crítico ao governo federal, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) reivindicou ontem a realização de uma ampliação do atual modelo de política agrícola do país. “O produtor não pode arcar sozinho com o abastecimento do país. O governo precisa garantir preços de verdade. A burocracia não funciona”, afirmou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

Na oposição ao governo desde o início da campanha eleitoral de 2010, a senadora ruralista afirmou que “precisamos ter boas expectativas” com a gestão da presidente eleita Dilma Rousseff.

“Mas há muitos erros e equívocos na política agrícola”, afirmou. Para melhorar a situação, Kátia Abreu sugeriu “não fazer o trem-bala”, uma das principais obras defendidas pela então ministra Dilma Rousseff no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Com isso, resolveria a logística do Centro-Oeste brasileiro, que produz 50% da safra”, disse a senadora.

Sobram crítica também ao atual ministro da Agricultura, Wagner Rossi, mantido no cargo por Dilma. “Tem pouco diálogo com Rossi. Mas precisamos de parceria para essa nova política agrícola”, disse. E criticou a ocupação política do ministério: “Há um excesso de indicações políticas. O governo precisa garantir que não tenha essa ingerência política em cargos estratégicos.

Essa pressão política não pode prevalecer no ministério.

E nem se fale da Embrapa”.

A presidente da CNA também acusou, com base em um estudo ainda inédito encomendado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), uma “grande concentração” da produção em poucas propriedades rurais e afirmou que tem aumentado o número de pobres no campo, segundo o novo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Há 3 milhões de pobres no campo”, disse.

No evento de fim de ano, Kátia Abreu criticou, ainda, a falta de reforma do Código Florestal e exigiu mais segurança jurídica no campo. Avisou que fará um “road show” pelo mundo para atrair “investimentos” ao setor rural brasileiro. “Vamos fazer a nossa parte para ajudar o governo”, afirmou. (MZ) Mais em [www.cna.org.br](http://www.cna.org.br)

Ministério e alça aumento do crédito rural na era Lula – Valor Econômico – Agronegócios – 15/12/2010

O aumento do montante de crédito rural liberado à chamada agricultura empresarial entre 2003 e 2010 foi um dos grandes destaques do balanço apresentado ontem pelo Ministério da Agricultura sobre as ações da Pasta durante os dois mandatos do presidente Lula.

No evento realizado no Palácio do Planalto, o ministério lembrou que, entre as safras 2003/04 a primeira planejada na gestão de Lula - e 2009/10, o total de recursos aplicados somou R\$ 381 bilhões, R\$ 225,7 bilhões dos quais com juros controlados.

E os montantes continuam aumentando. Para a temporada atual (2010/11), foram anunciados R\$ 100 bilhões.

Aliados a investimentos independentes das diversas cadeias produtivas para elevar a produtividade das lavouras e à demanda crescente por alimentos nos mercados internacional e doméstico, os recursos colaboraram para ampliar a produção brasileira de grãos de 123,2 milhões de toneladas, no ciclo 2002/03, para quase 150 milhões de toneladas em 2009/10. Para 2010/11, as estimativas atuais apontam para estabilidade em relação ao ciclo anterior, em parte por conta de um clima menos favorável às plantações em algumas regiões do país, reflexo do fenômeno climático La Niña.

Ainda no capítulo dedicado ao crédito, o ministério também realçou a criação ou o aprofundamento de alguns programas específicos de financiamento, como o Procap Agro (voltado à capitalização de cooperativas), o Moderfrota (modernização da frota de máquinas agrícolas) e o Programa Agricultura de Baixo Carbono, este último lançado em agosto deste ano.

Além da ampliação do crédito, o balanço do Ministério da Agricultura privilegiou as ações da Pasta para apoiar a comercialização das produções, ações ligadas ao gerenciamento de riscos climáticos, à defesa agropecuária e à pesquisa agropecuária. No balanço apresentado, o ministério afirma que o desenvolvimento nacional da tecnologia agropecuária “teve papel decisivo na transformação da agricultura brasileira e no desempenho do agronegócio”. É notória a importância da Embrapa no processo, sobretudo na ocupação do Cerrado.

Nesse contexto, foi realçado o avanço dos biocombustíveis – etanol e biodiesel. (FL) Mais sobre o balanço à página A3

### **Nordestinos tomam mais crédito e pagam mais em dia – Eduardo Cucolo – Folha de São Paulo – Mercado – 19/12/2010**

Pela primeira vez, o Nordeste ultrapassou o Centro-Oeste no financiamento ao consumo. O aumento do crédito à pessoa física deixou a região atrás apenas de Sudeste e Sul neste ranking. Em 2004, o Centro-Oeste tinha um estoque de crédito 50% maior que o Nordeste para pessoas físicas, diferença que foi sendo eliminada gradativamente desde então. Apesar do aumento nas dívidas, a região registra a maior queda na inadimplência, cerca de 40%, entre janeiro de 2004 e setembro de 2010, período coberto pelos dados do Banco Central. Os Estados nordestinos também são os únicos onde o crédito a empresas ganhou participação no período. Mesmo com o avanço dos últimos anos, devido à melhora na renda e no emprego na região, a maioria dos indicadores ainda está distante da média nacional. A taxa de inadimplência, por exemplo, é a maior do país. O percentual de empréstimos em relação à população também é menor que em outras regiões. Parte dos avanços registrados se deve à inclusão bancária, mas o número de agências por habitante corresponde a cerca de metade da média nacional, e a maioria das cidades do interior depende de postos avançados ou correspondentes bancários. Bancos e empresas que atuam na região avaliam que ainda há espaço para melhora nesses indicadores devido à perspectiva de continuidade do aumento na renda, no emprego formal e, principalmente, nos investimentos. "Há muitos investimentos programados e a região ainda tem um grande potencial de inclusão bancária. Tudo isso favorece o aumento no crédito e a redução da inadimplência", diz Walter Malieni Júnior, diretor de crédito do Banco do Brasil.

Segundo Malieni, além de ficar com cerca de 50% dos recursos do Bolsa Família, a região ainda está entre as mais beneficiadas por programas como microcrédito e Pronaf (agricultura familiar). O crédito direto e para aquisição de bens também tem sido destaque, o que aumentou as apostas dos varejistas para a região. O Nordeste é a região que mais aumentou sua participação no PIB entre 2004 e 2008, segundo dados do IBGE: de 12,7% para 13,1%. A rede Walmart, por exemplo, chegou ao Nordeste em 2004 e tem privilegiado esses Estados na sua expansão, com base no desempenho da economia regional. Nesse período, aumentou o número de lojas em quase 70%. No ano passado, quase metade das novas lojas no país foi aberta na região, com destaque para as bandeiras TodoDia e Maxxi Atacado, localizadas em bairros mais afastados dos grandes centros e que têm como público-alvo as classes C, D e E. Em relação ao crédito a empresas, predomina o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, que beneficiam também médias e pequenas companhias. O BNDES aumentou os empréstimos nesse segmento em 130% neste ano. Além disso, as grandes companhias acabam financiando, indiretamente, pequenos prestadores de serviço, diz Manoel Ribeiro Filho, diretor da Construtora OAS.

#### **Ainda líder em crédito na região, Bahia perde espaço – Eduardo Cucolo e Mateus Magenta – Folha de São Paulo – Mercado – 19/12/2010**

A Bahia lidera o crédito ao consumo no Nordeste. Mas não só viu encolher sua fatia nos últimos anos como é o Estado onde a inadimplência menos caiu na região. Os baianos eram responsáveis por 33% dos empréstimos nordestinos, e hoje respondem por 27% do total. Essa fatia foi dividida de forma igualitária entre todos os outros Estados nordestinos, que ampliaram sua participação entre 0,5 e 1 ponto percentual no período. Apesar dessa mudança, a maior economia do Nordeste ainda tem larga vantagem sobre Pernambuco (17%) e Ceará (13%) no crédito ao consumo. Em relação à inadimplência, houve várias mudanças nas colocações dos Estados, mas todos apresentaram melhora. Em todos os casos, as taxas máximas e mínimas são hoje praticamente a metade das verificadas há seis anos. A Bahia registrou a menor queda (26%) e tem agora a maior taxa da região (6,4%). Pernambuco e Piauí, que respondiam pela maior taxa de contas em atraso em 2004 (12,5%), registraram a maior queda e têm hoje uma inadimplência de cerca de 5%. Os consumidores da região aproveitam crediários e empréstimos, mais fartos e menos burocráticos, para investir em pequenos negócios, fazer compras e cobrir o saldo negativo da conta. É o caso da autônoma Flávia Araújo, 28. Nesta semana, ela conseguiu um empréstimo de R\$ 400 (um terço da sua renda) numa financeira localizada estrategicamente no shopping mais movimentado de Salvador. O dinheiro, obtido a juros de 8% ao mês, servirá para cobrir o buraco deixado no cheque especial do banco, que cobra 12% ao mês. "É quase um tapa aqui, descobre ali. Vale a pena porque eu gasto menos com juros, mas preciso me organizar para não me perder entre tanto dinheiro emprestado." Essa é a preocupação do estudante Jair Ferreira, 23, que abriu, também nesta semana, um crediário numa loja de varejo para comprar um guarda-roupa. O móvel custa R\$ 850, quase a renda mensal de sua família.

Ele precisou abrir um crediário (carnê) porque, além da possibilidade de um parcelamento maior, o cartão de crédito já atingiu o limite. O problema é que, com a sua renda, o número de parcelas é maior do que ele gostaria e, conseqüentemente, pagará mais juros. Ao final, serão pagos quase dois armários (no preço à vista). "É a segunda dívida, mas acho que não vai me atolar até o pescoço. Como o país está indo bem, dá pra tirar um dinheiro aí, não tem muito risco de ficar sem renda e não ter como pagar", disse. Entre os Estados da região, a menor taxa de atrasos, que pertencia a Alagoas (7,4%), agora é de Sergipe (3,7%). José Sydrião de Alencar Júnior, diretor de gestão do desenvolvimento do Banco do Nordeste (BNB), diz que houve também uma descentralização na expansão do crédito na região. "O crescimento foi mais forte nos médios e pequenos centros urbanos, por conta do aumento na bancarização da população nessas regiões", diz Alencar. **(EDUARDO CUCOLO E MATHEUS MAGENTA)**

### **Orçamento de 2011 atende a reivindicações do setor agropecuário – Sítio Eletrônico da CNA – 22/12/2010**

Brasília – O Plenário do Congresso Nacional aprovou na noite desta quarta-feira (22/12) o relatório do Orçamento da União para 2011 com emendas que atendem a uma série de reivindicações do setor agropecuário. Uma das emendas garante recursos adicionais de R\$ 300 milhões para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que contará, no total, com R\$ 5,2 bilhões no ano que vem.

É a partir da definição desse montante que o governo pode estabelecer mecanismos de apoio à comercialização da produção agrícola. Deputados e senadores também garantiram recursos extras de R\$ 206 milhões para a subvenção do seguro rural, que contará com R\$ 406 milhões em 2011. Na prática, a subvenção barateia o custo para contratação do seguro rural.

Ainda sobre o seguro rural, o Congresso Nacional aprovou a alocação de R\$ 500 milhões para o Fundo de Catástrofe, que dará cobertura às seguradoras e resseguradoras em caso de catástrofes climáticas.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, foi relatora do projeto que cria o Fundo de Catástrofe na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O texto que cria o Fundo de Catástrofe foi sancionado pela Presidência da República em agosto deste ano.

Também foi aprovada hoje emenda que garante R\$ 100 milhões para o Fundo Garantidor do Agronegócio. A questão da logística também foi contemplada. Deputados e senadores aprovaram, ainda, uma emenda de R\$ 237 milhões para estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para hidrovias e rodovias de acesso aos portos do Norte e do Nordeste.

Antes de ser aprovado no Plenário, o relatório final do Orçamento foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

### **Pronaf, a arma que garantiu Lula – Luis Nassif – Carta Capital – 23/12/2010**

Os vários balanços sobre o governo Lula deixaram de lado aquele que talvez tenha sido o maior fator de sucesso, ao lado do Bolsa Família: o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Foi esse programa que permitiu a ampliação da produção da agricultura familiar – a que mais contribui para a produção de alimentos para consumo doméstico -, sustentando preços de alimentos compatíveis com a renda interna.

\*\*\*

O Pronaf financia projetos individuais ou coletivos para familiares e assentados da reforma agrária. Fornece crédito para custeio da safra ou investimento em equipamentos ou infraestrutura de produção. Graças a ele, houve recordes nas vendas de pequenos tratores e equipamentos agrícolas.

O acesso aos recursos se dá através do sindicato rural ou da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que fornece uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), definindo a renda anual e as atividades exploradas pelo agricultor. Enquadram-se no programa famílias com renda bruta anual de até R\$ 110 mil.

De posse da declaração ele será direcionado para linhas de crédito adequadas. No caso dos assentados, o caminho é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE).

\*\*\*

Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, do INCRA, revelou que mais da metade dos assentamentos agrícolas do país tiveram acesso às linhas do Pronaf. Nos últimos anos, cerca de 394 mil moradias foram reformadas ou construídas com esses recursos.

O programa foi dividido em várias linhas, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Semi-Árido, Pronaf Florestal e Pronaf Agroindústria.



\*\*\*

O Portal do Agronegócio fez um belo levantamento de como uma pequena propriedade familiar se beneficiou do programa. Esmeraldo Pedroso, de Porto Velho, tem 95 hectares, 20 ha de área plantada.

Para acessar o financiamento, ele foi ajudado pela Emater na preparação dos projetos técnicos. O primeiro financiamento, de R\$ 7,2 mil, permitiu plantar dois ha de palmito de pupunha, copaíba, andiroba e outras plantas.

Da andiroba e da copaíba extrai óleos para cosméticos de remédios.

90% de sua produção vão para a Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Reca, que industrializa e comercializa a matéria-prima recebido dos agricultores familiares associados.

\*\*\*

Com o aumento da área plantada, melhorou a renda e houve necessidade de mais equipamentos. Em 2008 conseguiu mais R\$ 8 mil, que lhe permitiram plantar mais quatro ha e comprar uma carreta para o trator.

Finalmente, acesso o Pronaf Mais Alimentos, levantou R\$ 13 mil a juros de 2% ao ano, três anos de carência, oito para pagar. Adquiriu uma roçadeira e uma enxada rotativa. O próximo passo será outro empréstimos para financiar um caminhão.

Sua renda anual atual é de R\$ 60 mil.

\*\*\*

No estudo “Pobreza e a Nova Classe Média Rural”, o pesquisador Marcelo Neri mostra que a nova classe C rural – com renda domiciliar de R\$ 1.126 a R\$ 4.854 por mês – cresceu 72% desde 2003. Naquele ano, representava 20,6% da população rural; hoje em dia, 35,4%.

A redução da desigualdade foi mais rápida na zona rural, sobretudo nas regiões mais pobres, segundo conclusão de Neri.

\*Publicada originalmente no Nassif Online

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

